

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (Coordenação)

Rosa Maria Xavier Gomes Carneiro (Revisão Jurídica)

CURSO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

- Andréa Rodrigues Amin • Ângela Maria Silveira dos Santos
- Bianca Mota de Moraes • Cláudia Canto Condack
- Galdino Augusto Coelho Bordallo • Helane Vieira Ramos
- Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel
- Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos
- Patrícia Silveira Tavares

13ª edição

De acordo com as Leis n. 13.798, de 3-1-2019, 13.812, de 16-3-2019,
13.824, de 9-5-2019, 13.840, de 5-6-2019, 13.845, de 18-6-2019,
e 13.869, de 5-9-2019

2021



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 3º andar
Bela Vista – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Caryalho Dafila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Iris Ferrão
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Verônica Pivisan Reis
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme M. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Flogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão	Lígia Alves
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7067

Curso de direito da criança e do adolescente : aspectos teóricos e práticos / Andréa Rodrigues Amin... [et. al.]; coordenação de Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. - 13. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
1408 p.

ISBN 978-65-5559-271-9 (impresso)

1. Direitos das crianças – Brasil. 2. Direitos dos adolescentes – Brasil. I. Thulo. II. Amin, Andréa Rodrigues. III. Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade.

20-0501 CDD 347
CDU 347.151.1(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Menores : Estatuto legal, leis etc. : Brasil

Data de fechamento da edição: 17-11-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 806765 CAE 741438

Sumário

<i>Autores</i>	5
<i>Agradecimentos especiais</i>	13
<i>Prefácio à 1ª edição</i>	33
<i>Apresentação</i>	37
<i>Nota à 13ª edição</i>	39
<i>Nota à 12ª edição</i>	41
<i>Nota à 11ª edição</i>	43
<i>Nota à 10ª edição</i>	45

PARTE I O DIREITO MATERIAL SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL

Evolução histórica do direito da criança e do adolescente.....	49
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Idade Antiga.....	50
2. Idade Média	51
3. O direito brasileiro	51
4. O período pós-Constituição de 1988.....	55
Referências	59
Doutrina da proteção integral	60
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Introdução.....	60
2. Documentos internacionais	62
3. Da situação irregular à proteção integral.....	66
Referências	69

Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente	71
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações iniciais.....	71
2. Princípios e regras	72
3. Os macroprincípios	73
3.1. Princípio da prioridade absoluta	74
3.2. Princípio do interesse superior da criança e do adolescente ou do melhor interesse	84
4. Princípio da municipalização	89
Referências	91
Dos direitos fundamentais	92
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações gerais	92
2. Âmbito de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	93
3. Direito à vida	95
4. Direito à saúde	95
4.1. Nascituro e atendimento à gestante	97
4.2. Saúde de crianças e jovens	106
4.3. Atendimento médico a criança e adolescente desacompanhados	112
4.4. Crianças e adolescentes com deficiência	114
4.5. Crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista	116
4.6. Doentes crônicos.....	116
4.7. Direito a acompanhante	118
4.8. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.....	119
5. Direito à liberdade.....	120
6. Direito ao respeito e à dignidade.....	124
7. Direito à educação.....	128
7.1. Igualdade	130
7.2. Acesso e permanência	136
7.3. Níveis e modalidades de ensino	140
7.4. Ensino noturno.....	152
7.5. Educação de jovens e adultos.....	153
7.6. Flexibilização do ensino.....	153
7.7. Regime especial para gestantes.....	154
7.8. Educação das relações étnico-raciais.....	154
7.9. Educação democratizada.....	155

7.10. Financiamento da Educação Básica	156
8. Direito à cultura, esporte e lazer	159
9. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho	160
9.1. Aprendizagem	163
9.2. Trabalho rural	164
9.3. Atletas mirins	164
Referências	166
 Direito fundamental à convivência familiar	 168
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Origem da família	168
2. Princípios norteadores da família	170
3. Noção atual de família	174
4. Conceituação de convivência familiar e comunitária	181
5. A convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente na situação do art. 98 do ECA	183
Referências	189
 Poder familiar	 192
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. A denominação do instituto	192
2. Aspectos pessoais	200
2.1. Dever de registrar o filho e o direito ao estado de filiação	202
2.1.1. Considerações gerais	202
2.1.2. Regularização dos dados parentais na certidão de nascimento do filho	209
2.1.3. O registro civil de criança e de adolescente na hipótese do art. 98 do ECA	213
2.1.4. Do dever ao nome: sanções possíveis	219
2.1.5. Dos dados registrais decorrentes da adoção e o conhecimento da ascendência genética pelo adotado	223
2.1.6. Os vínculos parentais socioafetivos	225
2.2. Dever de guarda e o direito fundamental do filho de ser cuidado	231
2.2.1. Guarda na ruptura da relação afetiva dos pais	235
2.2.1.1. Guarda compartilhada	242
2.2.1.2. Convivência com o não guardião	246
2.2.1.3. Situações delicadas de convivência	249
2.2.1.4. Convivência com a família extensa e afins	256

2.3. Dever de criar e educar o filho e o direito fundamental deste à educação, à profissionalização e à cidadania	258
2.4. Dever de sustento e o direito fundamental à assistência material	260
2.5. Dever de assistência imaterial e o direito ao afeto	267
2.5.1. Da devolução do filho adotivo.....	270
2.6. Dever de proteção à imagem e à privacidade do filho e o direito ao respeito	275
3. Aspectos patrimoniais do poder familiar.....	282
4. Suspensão do poder familiar.....	284
5. Extinção do poder familiar	286
5.1. Morte.....	288
5.2. Emancipação.....	288
5.3. Maioridade civil	289
5.4. Adoção.....	289
5.5. Decisão judicial.....	291
6. Perda ou destituição do poder familiar	292
6.1. Castigo imoderado.....	292
6.2. Abandono	299
6.3. Atos contrários à moral e aos bons costumes.....	300
6.4. Reiteração das faltas	302
6.5. Entrega de forma irregular do filho a terceiros para fins de adoção...	302
6.6. Prática de crimes contra titular do poder familiar.....	303
6.6.1. Crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.....	303
6.6.2. Estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.....	305
6.7. Prática de crime contra filho, filha ou outro descendente	305
6.7.1. Crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.....	305
6.7.2. Estupro, estupro de vulnerável ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito a pena de reclusão.....	306
6.8. Perda do poder familiar na lei penal.....	306
7. Restabelecimento do poder familiar.....	308
Referências	311

SUMÁRIO

19

Regras gerais sobre a colocação em família substituta	317
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	317
2. Modalidades	319
Referências	321
 Guarda	 323
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	323
2. Guarda provisória, definitiva, instrumental e excepcional	326
3. Guarda de fato	329
4. Guarda como medida protetiva ou estatutária	330
5. Guarda em favor da família extensa	332
6. Compartilhamento da guarda dos pais com a família substituta	335
7. Guarda subsidiada ou por incentivo: medida de acolhimento familiar	336
8. Guarda legal do dirigente da entidade de acolhimento institucional	339
9. Guarda da criança ou do adolescente estrangeiro	344
10. Dependência para todos os fins	345
11. Visitação de criança ou de adolescente sob a guarda de terceiros	350
12. Visitação dos filhos sob medida de proteção de acolhimento institucional ou socioeducativa	351
13. Apadrinhamento de crianças e adolescentes institucionalizados.....	354
Referências	356
 Tutela	 358
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	358
2. Tutela testamentária	361
3. Tutela legítima	362
4. Tutela dativa	362
5. Tutela provisória e definitiva	363
6. Características controvertidas da tutela	364
6.1. Da unipessoalidade	364
6.2. Cabimento de curatela a pessoa menor de idade	366
7. Entrega do filho em tutela	367
8. Obrigações pessoais	368
8.1. Guarda do tutelado	370

9. Obrigações patrimoniais	371
10. Tutela como medida protetiva ou estatutária	373
11. Tutela no Código Civil: outras notas	374
12. Causas de cessação da tutela	375
Referências	376
Adoção	378
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	378
2. Histórico	379
2.1. O direito civil constitucional	384
3. Conceito e natureza jurídica	387
4. Legitimidade	388
4.1. Considerações gerais	388
4.2. Impedimento parcial (tutor e curador)	392
4.3. Impedimento total (avós e irmãos)	393
4.4. Adoção por divorciados e ex-companheiros	399
4.5. Adoção por casal homossexual	401
4.6. Adoção de nascituro	411
5. Cadastro e habilitação para adoção	413
6. Requisitos	422
6.1. Idade mínima e estabilidade da família	422
6.2. Diferença de 16 anos	424
6.3. Consentimento	426
6.3.1. Dispensa do consentimento	427
6.3.2. Revogabilidade do consentimento	428
6.4. Concordância do adotando	430
6.5. Reais benefícios para o adotando	432
7. Estágio de convivência	435
8. Efeitos	439
8.1. Efeitos pessoais	439
8.2. Efeitos patrimoniais	442
9. Modalidades	442
9.1. Adoção bilateral	443
9.2. Adoção unilateral	446
9.3. Adoção póstuma	446
9.4. Adoção <i>intuitu personae</i>	447

SUMÁRIO	21
9.5. Adoção “à brasileira”	454
10. Adoção internacional	456
Referências	463
Prevenção	466
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Introdução	466
2. Prevenção especial	472
2.1. Acesso aos espetáculos e diversões públicas	472
2.2. Acesso aos programas de rádio e televisão	477
2.2.1. Entrada e permanência	477
2.2.2. Participação em espetáculos públicos	477
2.3. Exibição de programas pelas emissoras de rádio e de televisão	486
2.4. Venda e locação de fitas de programação em vídeo	492
2.5. Revistas e publicações	493
2.6. Estabelecimentos que exploram jogos com apostas	498
2.7. Produtos proibidos	499
2.8. Hospedagem	501
2.9. Autorização de viagem	502
2.9.1. Considerações iniciais	502
2.9.2. Autorização judicial para viagem nacional	505
2.9.3. Autorização para viagem ao exterior	506
Referências	510

PARTE II A REDE DE ATENDIMENTO

A política de atendimento	515
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	515
2. Uma visão geral da nova política de atendimento	524
2.1. As linhas de ação da política de atendimento	525
2.2. As diretrizes da política de atendimento	535
3. Os fundos dos direitos da criança e do adolescente	541
3.1. Introdução	541
3.2. Definição	542
3.3. Disciplina legal	542
3.4. A organização essencial	544

3.5. Nota sobre os denominados “certificados de captação” e as “doações casadas”	556
4. As entidades de atendimento	563
4.1. Aspectos gerais.....	563
4.2. Registro das entidades e inscrição dos programas	567
4.3. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional ou familiar ...	572
4.4. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de atendimento socioeducativo	582
4.5. A fiscalização das entidades de atendimento	586
Referências	588
 Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	 591
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	591
2. Definição	592
3. Natureza jurídica	593
4. A formação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	594
4.1. A criação do órgão	594
4.2. A composição paritária	596
4.3. A escolha dos membros	598
4.4. As normas de funcionamento	599
5. As atribuições dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente ...	600
5.1. A deliberação e o controle das ações relacionadas à política de atendimento.....	601
5.2. A gestão dos fundos dos direitos da criança e do adolescente	606
5.3. O registro e a inscrição dos programas e a inscrição das entidades de atendimento não governamentais	608
5.4. A organização do processo de escolha dos membros do conselho tutelar	610
6. O controle da atuação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	613
Referências	615
 O conselho tutelar	 616
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	616
2. Visão geral.....	618

SUMÁRIO

23

2.1. Conceito	618
2.2. Características	618
3. A estruturação do conselho tutelar	621
3.1. A implantação do órgão	621
3.2. A composição	631
3.3. Os requisitos mínimos para o exercício da função de Conselheiro Tutelar	638
4. O processo de escolha dos membros do conselho tutelar	644
4.1. Regra geral	644
4.2. As peculiaridades municipais	646
5. As atribuições e o limite territorial de atuação do conselho tutelar	649
5.1. As atribuições do conselho tutelar	649
5.2. O limite territorial de atuação do conselho tutelar	665
5.3. Os Conselhos Tutelares em tempo de Covid-19	667
6. A fiscalização do conselho tutelar	668
6.1. A revisão das decisões do conselho tutelar	668
6.2. O controle da atuação dos membros do conselho tutelar	669
Referências	674
 O Poder Judiciário	 676
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. O juiz	676
2. Órgãos auxiliares	678
 Ministério Público	 683
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	683
2. Instauração de procedimentos administrativos e sindicâncias (art. 201, VI e VII)	686
3. Promover medidas judiciais e extrajudiciais para zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais das crianças e dos adolescentes (art. 201, VIII)	688
4. Inspeção às entidades de atendimento (art. 201, XI)	689
5. Fiscalização da aplicação das verbas do fundo municipal (art. 260, § 4º) ..	691
Referências	693
 O advogado	 694
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	

PARTE III DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Infrações administrativas	701
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Conceito de infração administrativa	701
2. Princípios gerais das infrações administrativas	705
2.1. Princípio da proteção integral	705
2.2. Princípio da prioridade absoluta	706
2.3. Princípio da legalidade	707
2.4. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos	709
2.5. Princípio da objetividade	711
2.6. Princípio da independência das sanções administrativas	712
2.7. Princípio da publicidade	713
2.8. Princípio do devido processo legal	714
2.9. Princípio da ampla defesa e contraditório	714
3. Das infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente	715
3.1. Breve histórico	715
3.2. A interpretação das infrações administrativas	719
3.3. A multa	720
3.4. Da prescrição	728
4. As infrações administrativas em espécie	730
4.1. Omissão de comunicação de maus-tratos	730
4.2. Impedir o exercício de direitos fundamentais de ampla defesa, contraditório, convivência familiar e escolarização de adolescente privado da liberdade	738
4.3. Divulgação de dados e identificação de criança ou adolescente a que se atribua ato infracional	739
4.4. Guarda para fins de trabalho doméstico	744
4.5. Descumprimento dos deveres decorrentes da autoridade familiar	744
4.6. Hospedagem de criança ou adolescente desacompanhado	768
4.7. Transporte irregular de criança ou adolescente	771
4.8. Proteção dos valores éticos e sociais da pessoa e da família na formação de crianças e adolescentes (arts. 252 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente)	775
4.8.1. Ausência de informação na entrada sobre diversão ou espetáculo público	779

4.8.2. Ausência de indicação dos limites de idade no anúncio de representações ou espetáculos	782
4.8.3. Transmissão, via rádio ou televisão, de espetáculo de forma irregular	787
4.8.4. Exibição de espetáculo de forma irregular	790
4.8.5. Venda ou locação de programação inadequada	793
4.8.6. Comercialização de revistas e periódicos de maneira irregular	794
4.8.7. Entrada e participação irregular de crianças e adolescentes em diversões e espetáculos	800
4.8.7.1. A entrada de criança ou adolescente nos locais de diversão	802
4.8.7.2. Participação de criança ou adolescente em espetáculos públicos	808
4.8.8. Não providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros de adoção	812
4.8.9. Deixar de encaminhar imediatamente à autoridade judiciária mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção	813
4.8.10. Venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos	814
Referências	817

PARTE IV A EFETIVIDADE DO ECA: MEDIDAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

As medidas de proteção	823
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	823
1.1. Evolução legislativa	823
1.2. Definição	825
1.3. Hipóteses de aplicação	825
2. As medidas específicas de proteção	827
2.1. Normas gerais	827
2.2. A autoridade competente	830
2.3. As hipóteses elencadas no art. 101 do ECA	833
2.4. Os procedimentos para a aplicação das medidas específicas de proteção	840
Referências	849

As medidas pertinentes aos pais, responsáveis ou outras pessoas encarregadas do cuidado de crianças e adolescentes	850
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	850
2. As medidas previstas nos arts. 129 e 18-B do ECA	854
3. Observações quanto ao procedimento	857
Referência	859
Os princípios constitucionais do processo	860
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	860
2. Devido processo legal	862
3. Igualdade	865
4. Contraditório.....	866
5. Acesso à justiça.....	868
6. Juiz natural.....	872
7. Promotor natural.....	872
8. Motivação das decisões.....	874
9. Publicidade	874
10. Tempestividade da tutela jurisdicional.....	875
Referências	878
As regras gerais de processo.....	881
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	881
2. Capacidade processual.....	883
3. Curadoria especial	884
4. Gratuidade de justiça.....	889
5. Segredo de justiça.....	892
6. Competência	894
6.1. Jurisdição. Conceito de competência.....	894
6.2. Critérios determinadores da competência.....	896
6.3. Competência absoluta e competência relativa.....	898
6.4. Critérios específicos de fixação da competência constantes do ECA ..	899
6.5. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	907
7. Poder geral de cautela.....	910
8. Princípio da intervenção mínima.....	916
Referências	916

SUMÁRIO	27
Ação de suspensão e de destituição do poder familiar.....	919
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	919
2. Competência.....	921
3. Fase postulatória.....	926
4. Legitimidade ativa.....	927
5. Legitimidade passiva.....	931
6. Pedido cumulativo.....	939
7. Tutelas provisórias correlatas.....	941
8. Resposta do réu.....	945
9. Fase instrutória.....	947
10. Fase decisória.....	951
11. Ação de restituição do poder familiar.....	956
Referências.....	958
As regras gerais do procedimento de colocação em família substituta.....	961
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	961
2. Fase postulatória.....	963
3. O consentimento dos pais.....	964
4. Pedido formulado diretamente em cartório.....	967
5. Fase instrutória.....	967
6. A oitiva da criança e do adolescente.....	970
7. Fase decisória.....	974
Referências.....	975
Ação de guarda.....	976
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Competência.....	976
2. Fase postulatória.....	977
3. Citação ou a concordância dos pais.....	979
4. Concessão da guarda provisória e definitiva.....	981
5. Perda ou revogação da guarda.....	981
Referências.....	984
Ação de tutela e procedimentos correlatos.....	985
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	985

2. A competência considerando a situação do tutelando	985
3. Fase postulatória	985
4. Interesse exclusivamente previdenciário	987
5. Oitiva obrigatória do tutelando	988
6. Pedido de tutela cumulado com a perda do poder familiar	988
7. Termo de tutela	989
8. Procedimento de escusa da tutela	989
9. Prestação de contas e balanço na tutela	990
10. Remoção ou destituição do tutor	993
Referências	995
 Procedimento da habilitação para adoção	 997
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
 Ação de adoção	 1000
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Rito e competência	1000
2. Petição inicial e pedido	1000
3. Citação	1004
4. Oitiva dos pais biológicos	1005
5. Estudo de caso	1006
6. Audiência prévia e de instrução e julgamento	1006
7. Sentença	1006
8. Adoção internacional	1007
Referências	1008
 Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento ...	 1010
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	1010
2. Natureza jurídica do procedimento	1011
3. Competência	1016
4. Fase postulatória	1016
5. Legitimados passivos	1019
6. Afastamento provisório do dirigente	1024
7. Resposta escrita	1027
8. Fase instrutória	1029
9. Fase decisória	1030

10. Medidas aplicáveis à entidade condenada	1032
Referências	1040
Procedimento das infrações administrativas	1042
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Natureza jurídica do procedimento	1042
2. Princípios	1043
3. Competência	1045
4. Rito processual	1046
5. O Ministério Público e a cumulação do pedido para a aplicação da multa em outras ações	1052
6. Abuso sexual intrafamiliar e a representação prevista no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente	1057
Referências	1057
Procedimento de portaria e de expedição de alvará	1059
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Natureza jurídica e competência para disciplinar por meio de portaria	1059
1.1. Introdução	1059
1.2. Conceituação e natureza jurídica da portaria e do alvará	1061
1.3. Portaria do art. 149 do ECA.....	1064
2. Autorização para a participação e a entrada em espetáculos públicos.....	1069
Referências	1071
Ação civil pública	1073
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	1073
2. Direitos metaindividuais	1075
3. Inquérito civil.....	1079
4. Termo de ajustamento de conduta	1083
5. Ação civil pública	1087
5.1. Introdução e conceito.....	1087
5.2. Legitimidade	1088
5.3. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos	1093
5.4. Liminar	1094
5.4.1. Suspensão da liminar pelo presidente do tribunal.....	1099
5.5. Objeto e competência	1101
5.6. Sentença	1105
5.7. Coisa julgada	1111

5.7.1. Introdução.....	1111
5.7.2. Coisa julgada na ação coletiva.....	1114
5.8. Execução.....	1123
6. Processo estrutural	1128
Referências	1133
Outras ações previstas no Estatuto.....	1138
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1138
2. Mandado de segurança	1142
3. Ação para cumprimento de obrigação de fazer.....	1147
Referências	1154
Recursos.....	1156
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1156
2. Unicidade do sistema	1158
2.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1162
2.2. Legitimidade e interesse para recorrer	1165
2.3. Motivação	1166
2.4. Forma	1166
2.5. Renúncia e desistência	1167
3. Preparo.....	1167
4. Tempestividade.....	1170
5. Efeitos	1177
5.1. Concessão do efeito suspensivo.....	1181
5.2. Efeitos da apelação nas ações socioeducativas	1183
6. Juízo de retratação	1185
7. Procedimento no tribunal	1191
8. Recurso contra portarias e alvarás.....	1193
Referências	1194

PARTE V DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL

A prática de ato infracional.....	1199
<i>Bianca Mota de Moraes</i>	
<i>Helane Vieira Ramos</i>	
1. Disposições gerais (arts. 103 a 105 do ECA).....	1199

1.1. Inimputabilidade infantojuvenil.....	1200
1.2. Ato infracional praticado por criança	1211
1.3. Ato infracional e indisciplina escolar.....	1212
2. Direitos individuais (arts. 106 a 109 do ECA).....	1215
3. Garantias processuais (arts. 110 e 111 do ECA)	1223
4. Apuração do ato infracional (arts. 171 a 190 do ECA).....	1224
4.1. Fase policial.....	1224
4.2. Fase de atuação do Ministério Público.....	1227
4.3. Fase judicial.....	1241
5. Medidas socioeducativas (arts. 112 a 125 do ECA).....	1251
5.1. Disposições gerais.....	1251
5.1.1. Adolescente em situação de uso ou de dependência de drogas	1257
5.1.2. Adolescente com transtorno mental.....	1260
5.1.3. Aplicação de medidas socioeducativas ao jovem adulto.....	1263
5.2. Advertência.....	1265
5.3. Obrigação de reparar o dano.....	1266
5.4. Prestação de serviços à comunidade.....	1267
5.5. Liberdade assistida.....	1267
5.6. Semiliberdade	1268
5.7. Internação.....	1271
5.7.1. Internação provisória.....	1273
5.7.2. Internação definitiva.....	1278
5.7.3. Internação-sanção.....	1299
6. Execução das medidas socioeducativas (ECA e LEI n. 12.594/2012 SINASE).....	1300
6.1. Tramitação processual na fase executória.....	1304
6.2. Reavaliação de medida socioeducativa.....	1309
6.3. Não vinculação do juiz ao laudo técnico para a reavaliação das medidas	1316
6.4. Revisão de medida aplicada em sede de remissão (art. 128 do ECA)	1318
6.5. Visitas e regime disciplinar	1327
7. Prescrição e extinção	1328
Referências	1339

PARTE VI DOS CRIMES

Dos crimes	1347
<i>Cláudia Canto Condack</i>	
1. Introdução.....	1347

2. Disposições gerais.....	1348
3. Dos crimes em espécie.....	1350
3.1. Omissão do registro de atividades ou do fornecimento da declaração de nascimento	1350
3.2. Omissão de identificação do neonato e da parturiente ou de realização de exames necessários	1352
3.3. Privação ilegal da liberdade de criança ou adolescente	1354
3.4. Omissão da comunicação de apreensão de criança ou adolescente...	1357
3.5. Submissão de criança ou adolescente a vexame ou constrangimento	1358
3.6. Tortura.....	1360
3.7. Omissão na liberação de criança ou adolescente ilegalmente apreendido	1368
3.8. Descumprimento injustificado de prazo legal.....	1370
3.9. Impedimento ou embaraço à ação de autoridades.....	1372
3.10. Subtração de criança ou adolescente	1373
3.11. Promessa ou entrega de filho ou pupilo.....	1374
3.12. Tráfico internacional de criança ou adolescente	1376
3.13. Utilização de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito	1379
3.14. Comércio de material pedófilo	1383
3.15. Difusão de pedofilia	1386
3.16. Posse de material pornográfico.....	1389
3.17. Simulacro de pedofilia.....	1391
3.18. Aliciamento de menores	1393
3.19. Norma explicativa.....	1395
3.20. Venda, fornecimento ou entrega de arma, munição ou explosivo	1395
3.21. Venda, fornecimento ou entrega de produto causador de dependência física ou psíquica	1396
3.22. Venda, fornecimento ou entrega de fogos de estampido ou artifício ..	1399
3.23. Exploração sexual de criança ou adolescente.....	1400
3.24. Corrupção de menores.....	1403
Referências	1407